

Absorver o espírito de resistência

HÉLIO ALVARENGANUNES

Contextualizar a exposição Neovanguardas que acaba de ocorrer no Museu de Arte da Pampulha (MAP) não é tarefa simples. Isso porque há pelo menos dois cenários muito distintos em jogo: a efervescência crítica de que Belo Horizonte foi palco na virada da década de 60, no auge da Ditadura Militar (1964-1985), e o momento atual que resgata este passado específico.

Tendo alcançado finalmente a estabilidade democrática, o Brasil se encontra em um período tristemente marcado pela domesticação e integração mais ou menos tácita dos artistas e críticos a um modelo hegemônico e internacional de arte.

Nos últimos anos, Belo Horizonte tem recuperado importância no panorama artístico nacional graças a mudanças significativas nas suas duas principais instituições: MAP e Palácio das Artes. Ambas se tornaram muito mais acessíveis aos jovens artistas, mais democráticas, e principalmente mais ativas e comprometidas com a arte contemporânea. A Bolsa Pampulha, por exemplo, lançada em 2003-2004, agora em sua terceira edição, substituiu o modelo decadente e deformado dos salões de arte por um projeto de residência artística que vem reestruturando o cenário local, destacando formação e convivência onde antes só havia monopólio por grupelhos que mantinham indistintas as esferas do público e do privado.

Resulta disso uma espécie de esquizofrenia: artistas e críticos sentem-se impelidos a atacar a institucionalização, a arrancar o circuito artístico da docilidade em que se encontra; mas se vêem diante de um quadro positivo de mudanças nas mesmas instituições que os estariam domando. O Brasil não teve welfare state; passamos da ditadura ao neoliberalismo periférico e só agora começamos a combater nossos problemas estruturais, desde a pobreza à democratização, passando pelo incentivo às artes. Ao menos em Belo Horizonte, há um sentimento de esperança no papel catalisador assumido pelas instituições públicas. Mesmo propostas fundamentalmente independentes, como a Kaza Vazia, parecem dever algo a esse clima de renovação cujos ventos vêm do MAP e do Palácio.

Com quais olhos, então, podemos retomar os marcos históricos essenciais abordados pela exposição Neovanguardas? Vanguarda Brasileira (1966), Processo Territórios (1969) e Do Corpo à Terra (1970) foram momentos de radicalização contra a instituição-arte em um contexto específico: a questão era confundir arte e vida, em uma época de constante atentado à vida pelo regime de exceção. Ir contra a domesticação, sair do museu e de sua periferia, fazer arte selvagem, nômade e guerrilheira: era o que propunha, em 1970, o crítico Frederico Moraes, cujos textos dão corpo e alma ao catálogo de exposição de 2008.

Em uma de suas cartas lemos – com melancolia de uma época que não vivemos: “O melhor do 'Palácio das Artes' é o Parque Municipal, em torno. Melhor que a sala de exposições da Reitoria é aquele vazio de terra, em derredor. Melhor que o Museu da Pampulha é a montanha que está próxima.” Pressentimos imediatamente que aquela necessidade de estar “inteiramente do lado de fora dos museus, galerias, de todo e qualquer lugar sagrado” continua imperativa ainda hoje. Mas eis que é justamente isso o que a tese curatorial do MAP propõe aos artistas da edição atual da Bolsa Pampulha. Um museu comissionando arte para fora do museu deveria soar estranho, mas não: é isso o que espera do MAP quem vem acompanhado o desenvolvimento da linha curatorial iniciada em 2001.

Constava já do edital de seleção para a Bolsa Pampulha deste ano: “realizar 10 (dez) ações expositivas individuais [...] em espaços públicos da cidade de Belo Horizonte, a serem definidos pelo curador do MAP com a aprovação da Fundação Municipal de Cultura.” Aquela necessidade de ir para fora, que era imperativa para a liberdade nas décadas de 60 e 70, aparece hoje como imposição institucional. Há boatos de que essa decisão resulta da pressões da “velha cepa” que não vê com bons olhos jovens artistas ocupando o “espaço nobre” do Museu. Mas, mesmo assim, – eis a esquizofrenia! – essa proposta é sumamente importante não só para a instituição, mas para o cenário artístico da cidade e do país, à medida que mantém avançando um processo que nos é muito benéfico: o fortalecimento do Museu como agente catalisador e difusor da produção contemporânea (da melhor cepa).

Não só manter, mas radicalizar o caminho trilhado hoje pelo MAP (e também pelo Palácio) é essencial para nossa própria sobrevivência artística em uma periferia da periferia. Mas isso não quer dizer que devemos nos submeter à total integração. Cabe aos artistas subverter as instituições no processo mesmo de seu fortalecimento. Hoje, em Belo Horizonte, e talvez no Brasil, ir para fora inclui também entrar, ocupar e produzir.

Devemos voltar nossos olhos para as Neovanguardas buscando absorver seu espírito de resistência, de ação serpenteante – e ao mesmo tempo pungente! – bem sob o focinho do regime de exceção. Se, por um lado, nossas instituições, grosso modo, representam um sistema hegemônico e internacional de arte; por outro, há dentro delas um terreno minado de paradoxos, prenhe de possibilidades, pronto para a guerrilha. Cabe

a nós afanar o Manual Técnico de Munições Químicas de uma das vitrines da exposição e estourar granadas, tal como Décio Noviello fez no Parque Municipal, em 1970; mas dessa vez, deveríamos estourá-las no Salão Nobre do MAP e na Galeria Guignard do Palácio das Artes.

